

CONTRA CENSURA



NOSSO FUTURO ESTÁ NAS ESCOLAS

ACAB POLICIA

ACAB POLICIA

ACAB POLICIA

PELA LIBERDADE DOS POVOS

FLAVIO-JAIR BOZO SUSPEITOS COMO MANDANTES DA MORTE DE MARIELLE!!!

FIM DA P.M!

(R)EXISTE

CORPA

EZTR4NIT4

NÃO EXISTE CORRUPÇÃO NO MEU GOVERNO

LOGO NÓVACISTA!

Brasil tem 6,16 milhões de casos de Covid-19 e 170 mil mortes

Após 22 dias de apagão, no 1º dia de retomada, caminhão derruba poste e deixa casas sem luz no AP

Estupro Culposo
jur [es-tu-pro-cul-po-so]

Desde 23 de março, porém, a produção aumentou 100 vezes, alcançando 2,25 milhões de comprimidos.

NÃO EXISTE RACISMO NO BRASIL

MOURÃO

ABRETO

"Fizeram coral com rezas xingando a menina de assassina", diz médico que conduziu aborto de grávida de 10 anos

Comprados pelo Ministério da Saúde, 6,85 milhões de testes para diagnosticar o novo coronavírus perdem a validade entre dezembro deste ano e janeiro do ano que vem. Estocados em um armazém do governo federal em Guarulhos (SP), os testes do tipo RT-PCR não foram distribuídos para a rede pública e podem acabar sendo descartados. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. Ao todo, já foram investidos R\$ 764,5 milhões em testes e as unidades para vencer custaram R\$ 290 milhões.

Quando não há intenção de condenar o estuprador. Tipificação inexistente no Código Penal

R\$ 290 milhões

#FORA GARIMPO

#FORA COVID

Relatório do governo lista "detratores" e sugere monitoramento de jornalistas

2,7 milhões

Créditos Capa

MÁRVILA ARAÚJO @EUMARVILAARAÚJO
 NÚBIA PACHECO @NUBIAPPACHECO
 ANDREA MURCIA @USAGIL_KO
 LEE AGUIAR @BRUXA.LEE
 KAISER CREW
 RABISCOS E ESCARROS @RABISCOESESCARROS
 MARCELLO CASAL JR
 SÉRGIO LIMA
 ANDRÉ COELHO
 BETO CARTUNS



JM ONLINE: WWW.JORNALMETAMORFOSE.COM
 REDES SOCIAIS:
 Instagram: @jornalmetamorfose
 Twitter: @ometamorfose
 Facebook: @jornalmetamorfose_jm
 Podcast: Rádio Metamorfose
 e-mail: sigametamorfose@gmail.com

Agradecimentos

O Jornal Metamorfose agradece a todas, todos e todes que contribuíram com a campanha de arrecadação coletiva. Imprimimos 500 cópias que serão entregues gratuitamente em todo território nacional, graças a cada um de vocês. Unidos conseguimos exercer a função social do jornalismo: informar e questionar!

Expediente

Direção de arte e capa: Deep Alpa
 Diagramação e design gráfico: Olivia Lodi
 Repórteres: Júlia Aguiar, Júlia Moura, Lays Vieira, Marcus Vinicius Beck, Rosângela Aguiar e Victor Hidalgo
 Produção e distribuição: André Lapa
 Editor de cultura: Marcus Vinicius Beck
 Editora de sociedade: Júlia Aguiar
 Direção fotográfica: Lee Aguiar
 Ilustrações: Deep Alpa e Olivia Lodi

Para anunciar no JM mande um email para: sigametamorfose@gmail.com

HANDPOKE @ALPSPOKED
 TATTO

ALPSPOKED



TATUAGEM VEGANA
 SEM Ø MÁQUINA

carta aberta à

Sobrevivemos, porém muitos de nós não. Assassinados à tira roupa pelo estado burguês, pela falta de políticas públicas, nas filas dos hospitais públicos, espancados na rua, despejados, com frio, sozinhos. Muitos tiveram suas vidas ceifadas pela farsa autoritária em sua versão memística, fascismo, racismo, lgbtfobia, violência contra mulher, desprezo e genocídio... Só pela pandemia do novo coronavírus já foram 170 mil mortos - e os números, ao que tudo indica, seguirão aumentando.

2020 foi um ano de tragédias, inimagináveis até nos piores pesadelos de como seria a vida pós-golpe. **Estamos em guerra**, caso você não tenha reparado. Uma guerra antiga e sangrenta, são 500 anos de estupro vil do povo e dessa terra chamada Brasil.

Os cortes vivos à flor da pele têm cor, gênero e classe. E nós, do **JM**, somos meros escribas da distopia que deixaria o Realismo Mágico na condição de amador, e por isso estamos unidos em prol de uma atuação jornalística que de fato exerça sua função social. Acreditamos em um jornalismo feito pela classe trabalhadora, com reportagens e críticas enfocadas na análise da realidade na qual impulsiona a todos a prática do questionamento.

A primeira edição impressa do **Jornal Metamorfose** é especial: nós imprimimos um jornalismo que experimenta a diversidade da linguagem para informar um tenebroso caminho que estamos vivendo sem perceber, a **censura**. O fazemos com coragem, orgulho e responsabilidade. Nós não ignoramos o fato de que a repressão está aumentando rapidamente, e entendemos o momento histórico em que essa edição será circulada.

Este editorial é uma carta aberta à resistência. Nós também sentimos a raiva, desesperança, desilusão, ódio e temos um grito engasgado pulsando para sair. Acreditamos que a união da classe trabalhadora tem potência para transformar a realidade em que vivemos.

Os jornalistas vêm tendo dificuldade para se entender enquanto classe trabalhadora, e pontuamos que a raiz desse problema está na própria formação dos profissionais. As universidades - principalmente as privadas, convenhamos - estão contaminadas pela lógica burguesa de que o profissional deve atender aos anseios do patrão, e muitos fazem de tudo para agradá-lo.

Porém, nossa profissão tem o princípio ético de que informação é um direito e não uma mera mercadoria a serviço dos interesses econômicos do poder vigente. Somos contra a descontextualização proposital dos fatos, ou em bom velho português: somos contra as lorotas inventadas para beneficiar fulano X ou Y.

O jornalismo brasileiro vive sob as amarras da manutenção do poder, pastores canastrões e liberais estadistas. Nossa democracia liberal é antidemocrática, quer dizer, é uma piada de mal gosto que o plim-plim, os Frias, Mesquitas e Marinhos insistem em fazer.

A **censura**, portanto, vem da latente necessidade do (des) governo genocida - comandado por sicários fardados com ímpeto delinquente da necropolítica - impedir que a população tenha acesso à realidade. E tudo isso com a benção, amém, da velha mídia burguesa.

As notícias falsas usadas pela extrema direita são uma ferramenta de controle sobre a percepção do real: a verdade se distorce em fatos desconectados e a credibilidade das instituições são questionadas sem base de análise profunda. As crenças anti-ciências voltaram das tumbas da idade média, e o movimento pelo retrocesso da liberdade é preocupante, violento e doentio.

A disputa por narrativas nos colocou em um limbo. Como estamos careca de saber, a imprensa foi contaminada pela rapidez das redes sociais. Quem lê tanta notícia? Como que confia nessa fonte? Como realmente compreender a realidade dentro desse redemoinho girando em si?

O **JM** preza por textos contextualizados, baseado em dados, pesquisas e especialistas. A realidade é complexa, mas ela não precisa ser burocrática ou difícil de se entender: precisamos ampliar nossa percepção sobre o que vivemos coletivamente.

Essa edição conta muitos fatos que se interligam. 2020 foi um ano de muita repressão e absurdos. Perpassamos por diversas linguagens e facetas do mesmo fato: **vivemos sob um governo civil-militar autoritário**.

Antes que fosse tarde demais, relatamos o que vimos, ouvimos, fotografamos e tatuamos em filme. Este é um relato de uma equipe disposta a encarar a realidade tal como ela é, com transparência e autonomia, amor e ódio, em vida resistente.

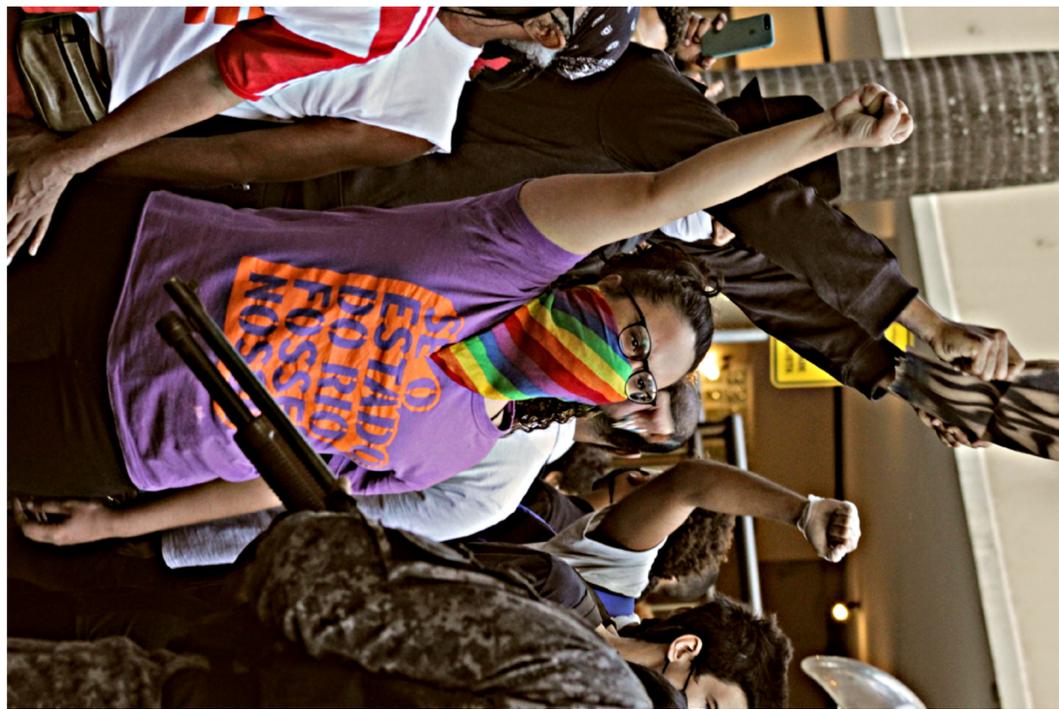
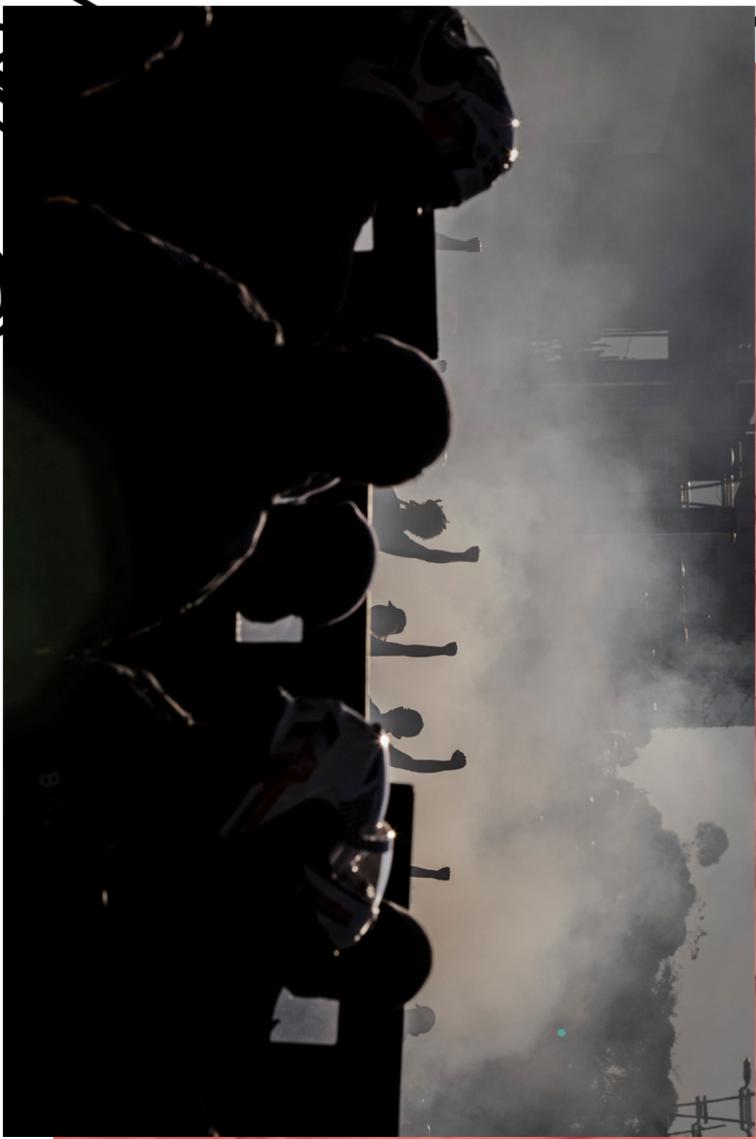
A mídia independente tem responsabilidade histórica de não se curvar e nunca se calar. Viva a luta pela liberdade dos povos! Venceremos essa batalha, unidos.

RESISTÊNCIA



“RESISTÊNCIA” - TABA BENEDICTO

Manifestantes pró democracia durante ato reprimido por Policiais Militares, na av. Paulista, em São Paulo. Após mais de uma hora resistindo a bombas, gás lacrimogêneo e batidas de borracha, os grupos dispersaram próximo à praça dos Ciclistas. Alguns manifestantes formaram um cordão em frente aos policiais militares e com o punho cerrado gritaram palavras de ordem e resistência.



“ESE O ESTADO FOSSE NOSSO?” – JLEE
Primeiro ato antirracista de 2020 na cidade do Rio de Janeiro, no dia 31 de maio. A reinvigoração era clara: parem de matar o povo preto. Sou uma fotógrafa que luta pelo fim do genocídio capitalista, e acredito na potência da resistência popular.

O ASPONE INTERFERE

Jair domina a reitoria de 14 universidades federais e base ideológica é usada para sufocamento e privatização das instituições

Júlia Aguiar e Lays Vieira

INTERVENÇÃO

O presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro (sem partido) tem um projeto muito claro para a educação pública no Brasil: a privatização e disputa ideológica. Após eleito, uma das suas primeiras atitudes, logo no início de 2019, foi a determinação de um projeto de lei para **proibir discussões sobre gênero em salas de aula**.

Além da censura a qualquer discussão sobre gênero em escolas públicas, existe um fortalecimento das teorias da conspiração e terraplanismo. O Ministério da Educação incentiva alunos a filmarem professores em aulas supostamente “de esquerda” e sob a ótica de um suposto “marxismo cultural”, houve ataque direto ao direito à liberdade de cátedra dos professores.

Em 11 de dezembro de 2019, o ministro da educação à época, Abraham Weintraub, defendeu o projeto “Future-se” na Câmara dos Deputados, afirmando que “é a maior revolução na área de ensino no país nos últimos 20 anos”. O projeto visa dar “mais autonomia financeira” para as Universidades e Institutos Federais, mas a ideia é terceirizar a gestão e o financiamento das instituições públicas, tendo parcerias com Organizações Sociais (OS) e legalizando a participação majoritária de investimentos privados.

Lembrando que o ex-ministro propôs “descentralizar” o investimento nas faculdades de filosofia e sociologia para “focar em áreas que gerem retorno imediato, como: veterinária, engenharia e medicina”. Também acusou as federais de promover “balbúrdia”. Após a ampla repercussão negativa, o governo recuou da decisão e o contingenciamento se estendeu a todas as Universidades Federais, não só as faculdades de filosofia e sociologia.

Bolsonaro interveio nas reitorias: UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro) e UFPA (Universidade Federal da Paraíba) - em seus dois anos de mandato.

A expectativa é de que a escolha de reitores alinhados ao bolsonarismo ajude a adesão das universidades ao “Future-se”. Segundo o jornal O Globo, no dia 11 de julho de 2019, em café da manhã com deputados federais da bancada evangélica, o presidente afirmou que “coisas absurdas têm acontecido por causa da autonomia das universidades”.

“Ali virou terra deles, eles é que mandam. Tanto é que as listas triplices que chegam pra nós muitas vezes não temos como fugir, é do PT, do PCdoB ou do PSOL. Agora o que puder fugir, logicamente pode ter um voto só, mas nós estamos optando por essa pessoa”, declarou Jair na ocasião.

Segundo relatório elaborado por pesquisadores brasileiros e publicado em setembro de 2020 pelo instituto Global Public Policy Institute (GPPi): os ataques e ameaças de violência contra pesquisadores relacionados ao tema que estudam; abertura de processos disciplinares contra professores que incomodam os

novos reitores e ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados ideologicamente, colocam em risco a liberdade acadêmica no Brasil.

Para Fernando Cunha, presidente do Sindicato dos Professores da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), Jair Bolsonaro não tem nenhum respeito pela democracia. “O que me preocupa é o princípio da autonomia universitária sobre o processo didático pedagógico de cada instituição, para que não fiquem presas aos interesses de determinados governos e empresas para produzir conhecimento. É um ataque à autonomia e democracia da universidade”, conta Cunha em entrevista ao **Jornal Metamorfose**.

PRIVATIZAÇÃO

Atualmente, o processo de privatização é realizado sem nenhuma regulamentação e não há monitoramento, atingindo diretamente a qualidade da educação ofertada e promovendo a violação do direito à educação.

Exemplo claro dos ataques do atual governo à educação é a precarização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Enquanto a gestão do Fundo defende uma perspectiva de reduzir repasses federais para o setor privado, o governo faz o movimento contrário: aumenta o financiamento para fortalecer as privatizações e parcerias com

entidades conveniadas, como as Organizações Sociais (OSs).

Ou seja, o problema maior não é as parcerias já existentes entre público e privado na educação, é deixar de destinar recursos para a educação pública em prol de redes privadas.

Nessa mesma esteira, o governo também atacou a valorização dos professores na discussão sobre a regulamentação do Fundeb. A proposta do Governo é vincular o reajuste do Piso Nacional do Magistério à inflação, indo na contramão da Emenda Constitucional 108, que garante que 70% dos recursos do Fundeb sejam destinados para valorização dos profissionais da educação.

É importante pontuar que em 2019, Bolsonaro anunciou o contingenciamento de **29,582 bilhões** de reais do Orçamento Federal para Educação, reduzindo o orçamento das UF's e IF's em 30%. Postura defendida por Paulo Guedes, Ministro da Economia, que nunca escondeu seu alinhamento ao modelo de privatização dos serviços públicos e cortes em diversas áreas de investimento público como a melhor, e quiçá única, saída para o país no que se refere a progresso econômico.

O interessante aqui é que a irmã do ministro, Elizabeth Gue-

des, é presidenta da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), representante de vários monopólios educacionais, como Anhanguera, Estácio, Kroton, Uninove e Pitágoras. O próprio ministro também possui investimentos no setor educacional privado e a distância, chegando a captar **1 bilhão** de reais em fundos de pensão.

Nada mais evidente do que o fato de que o setor educacional privado se beneficia diretamente com o sucateamento do ensino público no país.

Com a saída de Weintraub em junho de 2020, assumiu Ricardo Vélez Rodríguez, que logo deixou o cargo. O substituto, Carlos Alberto Decotelli teve uma passagem relâmpago pelo cargo. Atualmente o Ministério é comandado pelo pastor Milton Ribeiro, que em entrevista classificou a homossexualidade como doença e já reaparelhou o ministério com os militares. Nesse período de pandemia, dos **525 milhões** de reais que Ribeiro anunciou, no início de outubro, para ajudar nos planos de retomada das aulas presenciais, a pasta diz ter repassado até então apenas **R\$ 170 milhões**.



Em 10 de junho de 2020, foi publicado no Diário da União a **Medida Provisória (MP) 979**, permitindo que o Ministério da Educação nomeie reitores e vice-reitores temporários em Universidades e Institutos Federais cujos mandatos terminem durante o período de emergência sanitária provocado pela pandemia. A medida ainda afirma que, durante esse período, não haverá processo de consulta à comunidade acadêmica ou formação de lista triplíce para a escolha dos reitores, além de não colocar prazo para os mandatos “provisórios” dos dirigentes escolhidos pelo Ministério da Educação.

Destruição & censura

A desastrosa gestão ambiental de Jair Bolsonaro gera destruição irreparável das florestas, genocídio da população indígena e prejudica exportações

Lays Vieira e Rosângela Aguiar

Desde o início de 2019 o Brasil tem enfrentado diversos desastres ambientais. No primeiro ano do Governo de Jair Bolsonaro (sem partido) foram detectados 89.176 pontos de calor no Brasil - 30% a mais que no ano anterior. Em 2020, de 1º de janeiro a 22 de outubro, foram 89.604 focos registrados. Esta foi a política do presidente desde a campanha, quando defendia o avanço do agronegócio, o enfraquecimento das leis de proteção ambiental e o licenciamento ambiental, a abertura de terras indígenas para a mineração, a saída do Brasil do Acordo de Paris e a ida do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura.

A posição defendida pelo atual governo tem consequências visíveis, entre elas as pressões internacionais e ameaças de boicote a produtos brasileiros. Isto, inclusive, tem gerado críticas por parte do agronegócio e da mídia tradicional, além de dificultar o andamento do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

Além disso, o Pará registrou, até outubro de 2020, o maior número de queimadas: 30.854 - as informações são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Também este ano, o Pantanal foi dura e tristemente marcado por queimadas. Antes do fim de setembro, foram registrados 8.16 focos de calor, o maior número mensal desde o início da série histórica do Inpe, em 1998.

“Em 99% dos casos, as queimadas são criminosas. Os fazendeiros colocam fogo para limpar pasto e o fogo se alastra para outras áreas inclusive as protetivas”, afirma o jornalista e ex-assessor de comunicação da Secretaria de Meio Ambiente Recursos Hídricos do Estado do Tocantins, Álvaro Valim em entrevista ao **Jornal Metamorfose**. O grande problema, segundo Álvaro, é que fazendeiros e empresários do agronegócio são multados pela fiscalização somente em caso de flagrante.

A ausência de uma política ambiental do atual governo ficou evidente quando o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial de 22 de abril deste ano, afirmou que o governo deveria aproveitar o foco da mídia à pandemia para “passar a boiada”. Salles se referia ao relaxamento de leis de proteção ambiental.

O ecocídio da gestão de Bolsonaro é marcado por diversas gafes: culpou ONGs, comunidades indígenas e tradicionais pelos incêndios. Sobrou até para o ator Leonardo DiCaprio. Ricardo Salles declarou que “a Amazônia não queima” e ainda exibiu foto de um micro-leão-dourado como sendo daquela fauna. No entanto, o habitat natural do animal é a Mata Atlântica.

Em 22 de novembro, no discurso na cúpula do G20, diante do contínuo aumento do desmatamento na Amazônia e recortes de queimadas no Pantanal, o presidente Bolsonaro afirmou que as críticas à gestão ambiental de seu governo são “ataques injustificados” de nações supostamente menos competitivas e sustentáveis, motivados por interesses comerciais.

O Presidente **mentiu** ao dizer que apenas uma pequena área do país serve a agricultura, existindo uma grande área de vegetação preservada, segundo ele 60%. Na realidade, segundo a ONG MapBiomias, em dados apresentados ao GI, o número real seria entre 45% e 50%, sendo de cobertura de vegetação nativa e não de área preservada.

Após duras críticas por parte do presidente ao INPE e de dizer que os dados do desmatamento fazem “campanha contra o Brasil”, o então diretor do instituto, Ricardo Galvão, foi exonerado logo após reunião com o ministro de Ciência e Tecnologia Marcos Pontes. O militar Darceton Policarpo Damiano assumiu o cargo. Damiano já ocupou cargos executivos na Vale (isso mesmo caro leitor, aquela do desastre de Mariana) no Brasil e Estados Unidos.

COPTES

Em nota divulgada no dia 28 de agosto, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) afirmou que mais de R\$ 60 milhões destinados ao combate às queimadas no Pantanal, Amazônia e Cerrado seriam bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) no dia 31 de agosto. O comunicado informava que seriam bloqueados R\$ 20.972.195,00 do Ibama e R\$ 39.787.964,00 do ICMBio.

“O governo está buscando recurso para poder pagar o auxílio

emergencial, é o que estou chegando à conclusão, então está tirando recursos de todos os ministérios. Cada ministério oferece aquilo que pode oferecer, né? Então, o ministro teve uma precipitação aí e não vai ser isso que vai acontecer, não vai ser bloqueado os R\$ 60,7 milhões, entre Ibama e ICMBio, que são exatamente do combate ao desmatamento e a queimada ligada a área do ministério”, disse Hamilton Mourão à Agência Brasil logo após à nota oficial do MMA. Mourão preside o Conselho da Amazônia.

Em poucas horas, a nota foi atualizada afirmando que os bloqueios não aconteceriam, sem

explicar se as atividades continuariam normais, sendo retirada do site dias depois e nenhuma informação sobre o caso foi divulgada pelo MMA. Procurado pela reportagem, o Ministério do Meio Ambiente **se recusou** a responder porque a nota saiu do ar sem explicação, e nem quais medidas seriam tomadas para conter as queimadas.

“O problema desse tipo de aval não é a falta de dinheiro, é a liberação pra galera queimar, porque diz que não haverá fiscalização. O problema é permitir um fogo que irá se alastrar e pode causar um impacto desastroso”, afirma o jornalista Álvaro Valim ao **Jornal Metamorfose**.



FOTO: VICTOR MORIVAMA/ISA

CENSURA

“Meu chefe disse que todos os brigadistas do ICMBio para você conseguir uma entrevista tem que pedir autorização do ministro. Complicado né? É a política do Ricardo Salles”, explicava ao JM um brigadista que pediu para não ser identificado.

Outro brigadista do Ibama, que também pediu para não ser identificado, afirmou que os chefes de departamento analisam todas as entrevistas para que não seja publicado críticas a gestão de Salles. “Eles proíbem né? Se caso falar mal alguma coisa do governo eles boicotam. Atualmente eles têm censor, uma pessoa que passa todas as informações que devem ser divulgadas, tanto no Ibama como no ICMBio”, explica o brigadista ao JM. O mesmo profissional pediu para que o jornal enviasse a reportagem que estava sendo feita à época para aprovação do governo. “Pode me mandar o texto antes de publicar? Meu chefe precisa autorizar a divulgação das informações pra ver

se não falei mal do estado”, a reportagem foi publicada sem a tal “autorização”.

Também em setembro, o INPE divulgou aumento de 6% no número de focos de calor na Amazônia. Índice maior desde 2010. “O Inpe está se contradizendo [...] houve uma redução de 7% das queimadas”, afirmou Hamilton Mourão em 10 de setembro. No dia seguinte os dados sobre incêndios na Amazônia e Pantanal no portal do Inpe foram suspensos por algum tempo.

O ex-diretor do Inpe, Gilberto Câmara, levantou algumas suspeitas. “Acho que o objetivo do governo é criar condições para fechar o Inpe, no sentido de que o instituto deixe de produzir dados, tirar essa função dele. O desespero está muito grande. Nós iremos viver momentos difíceis”, disse em entrevista à Deutsche Welle (DW) Brasil, em setembro. Com essas ações o governo Bolsonaro tenta melhorar a imagem o Brasil no exterior, sem sucesso.

“E DAÍ? LAMENTO. QUER QUE EU FAÇA O QUE?”

Júlia Aguiar

Apesar do caos pandêmico, o Ministério da Saúde armazena em São Paulo um estoque com 6,86 milhões de testes - que custaram 290 milhões de reais à União - para a Covid-19 que podem perder validade até janeiro de 2021. “E daí?”, afirmava o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no último dia 28 de abril.

“Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagres”, continuou o Presidente. Na ocasião, o Brasil tinha perdido mais de 5 mil pessoas para o novo coronavírus, passando o número de mortos da China, país de origem do vírus.

Em meados de novembro o Brasil possui mais de **170 mil mortos** pela doença. Enquanto isso na maior reserva indígena do mundo, a Terra Indígena Yanomami (TIY), passa por desafios complexos com a divulgação de relatórios que não refletem a realidade. A **Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana** afirma que os casos de indígenas mortos pela doença são subnotificados, em especial porque a falta de dados é recorrente, em especial nas terras indígenas ainda não homologadas. Estas não entram na base de dados, incluindo popu-

lações que aguardam a finalização do longo processo de demarcação de suas terras.

Segundo o estudo feito pelo Instituto Socioambiental, divulgado em junho deste ano, se nada for feito cerca de “40,3% da população Yanomami atendida nos 14 polos base em regiões de garimpo, de risco crítico, estarão infectadas. Se a letalidade for duas vezes maior do que a população não indígena, teremos entre 207 a 896 óbitos, adotando as taxas dos Estados de Roraima e Amazonas, respectivamente”.

Em setembro, a rede divulgou que os casos de contaminação já estavam em 20 das 37 regiões da TIY, nessas aldeias o isolamento social é impraticável, dado a cultura coletiva dessas comunidades, que dividem casas e utensílios domésticos. Segundo o relatório cerca de 1/3 da população total de 27.680 indígenas Yanomami e Ye'kwana foram expostos e/ou contaminados pelo Covid-19. À época a instituição afirmava que já eram **18 indígenas** mortos pelo vírus, sendo 8 confirmados e 10 suspeitos.

Entretanto, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) afirma que de abril a setembro foram registrados somente **sete óbitos pela pandemia**. “Nos pa-

rece que a política de subnotificação produzida pela SESAI é a construção do discurso de uma baixa letalidade que serve como narrativa do Ministério da Saúde para veicular a falsa notícia de que a situação na Terra Yanomami não é crítica”, afirma o pesquisador Daniel Jabra, da Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana, em entrevista ao JM.

Jabra explica que a narrativa do SESAI é usada como argumento frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para negar a gravidade da pandemia na área indígena. “Enquanto a transmissão comunitária segue totalmente fora de controle nas comunidades, as autoridades sanitárias parecem se dedicar ao mascaramento de sua negligência, e forja-se, assim, um falso cenário de controle do avanço do novo coronavírus entre os Yanomami e Ye'kwana”, continua o pesquisador ao **Jornal Metamorfose**.

Segundo a SESAI, a secretaria realizou **903 testes** até o dia 21 de setembro, o que representa apenas 3% da população da Terra Indígena Yanomami. “Desta forma, sem uma testagem efetiva e sistemática, é impossível rastrear a doença e controlar sua expansão nas comunidades”, afirma Daniel.

REDE PRÓ-YANOMAMI E YE'KWANA DENÚNCIA SUBNOTIFICAÇÃO DE INDÍGENAS MORTOS PELO NOVO CORONAVÍRUS

ECOCÍDIO

Com uma população de 27.398 indígenas, em 331 comunidades - incluindo os grupos isolados, a TIY possui área de 9,6 milhões de hectares entre o Amazonas e Roraima, que estão ameaçadas. Mais de 20 mil garimpeiros ilegais continuam a atuar na região, estima-se que o novo coronavírus se espalha mais rapidamente por conta do desmatamento na área.

Os garimpos são instalados ilegalmente em acampamentos, em algumas regiões se mantêm serviços permanentes de abastecimento e até mesmo comunicação via satélite. Segundo a pesquisa feita pelo ISA, o aumento da cotação internacional do ouro e o enfraquecimento das políticas públicas de preservação ambiental são os principais

motivos para a desmatamento na TIY. A pesquisa mostra que **1.925,8 hectares de florestas já foram degradados pelo garimpo**.

“Não era para a gente tá morrendo disso. Então, eu digo: é pra SESAI de Boa Vista tá mandando teste de covid-19, para tá mandando também, para nós aqui do rio Marauá, porque até hoje não está chegando teste rápido de covid-19. [...] Agora tá acontecendo, tá aumentando sintoma de covid-19. O que a gente pode fazer? Se acontecendo daqui do rio Marauá, como que a gente pode descobrir se foi de covid-19 que a gente tá morrendo?”, relata **Francisco Pukimapiwê-ri Yanomami**, da região do rio Marauá no Amazonas, em julho deste ano para a Rede Pró-YY.

01100010 01101111 01101100 01110011 01101111 01101110 01100001 01110010 01101111 01110011

INTERNET

01101101 01100001 01101110 01100100 01100001 01110010 01100001 01101101

01101101 01100001 01110100 01100001 01110010 00100000 01101101 01100001 01110010 01101001 01101100 01101100 01100101

algoritmos ideológicos

em 2020 ficou claro o domínio da extrema-direita na internet e redes sociais, manipulando narrativas através de notícias falsas para destruir a imagem de pessoas e impulsionando criadores de conteúdo do seu meio.

No Brasil, a internet já foi considerada uma das mais livres do mundo. Porém, esse ano ela foi classificada como “parcialmente livre” pela pesquisa anual realizada pela Freedom House, sediada em Washington DC (EUA). O país já esteve no “top 5” mundial nesse quesito, mas hoje amarga a 21ª posição.

Um dos motivos para essa queda segundo a gerente de pesquisa, Amy Slipowitz, foi o envolvimento do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) de pessoas próximas do governo na disseminação de notícias falsas.

E para combater essa onda de notícias falsas sem controle, o

grupo ativista virtual **Sleeping Giants Brasil** acabou mirando onde dói mais: no bolso. A ação do grupo depende do engajamento de seus seguidores para cobrar um posicionamento das empresas que financiam páginas de disseminação de desinformação. Para evitar o desgaste da imagem perante os clientes, essas empresas denunciadas pelo **Sleeping Giants Brasil**, retiraram os anúncios desses sites. Muitas vezes, a empresa desconhece que suas propagandas estão nesse tipo de página.

“Acreditamos que a reação rápida de pessoas ligadas ao governo, como os filhos do presidente e o chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) é um indicativo de que o governo compreende a necessidade de ter controle sobre a narrativa dos acontecimentos políticos”, afirma o grupo em entrevista ao **Jornal Metamorfose**.

Fato que demonstra a perse-

guição e monitoramento de pessoas contra o governo genocida de Jair Bolsonaro é uma lista vazada no dia 1 de dezembro. Documento intitulado “Mapa de influenciadores” teria sido elaborado pela empresa BR+ Comunicação, analisando postagens sobre o ministro da economia Paulo Guedes.

O relatório classifica as pessoas em três grupos: “detratores” do governo, “neutros informativos” e “favoráveis”. Totalizando 81 nomes, entre jornalistas e influenciadores.

Vale lembrar que no dia 1º de junho, o deputado estadual Douglas Garcia (PTB) - um dos principais aliados de Jair Bolsonaro em São Paulo - pediu a seus seguidores no Twitter que lhe enviassem os dados de ativistas antifascistas. A lista reuniu milhares de nomes entre jornalistas e ativistas antifascistas, com endereço, CPF, fotos, atuação e redes sociais.

LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) alterou os artigos 7º e 16º do Marco Civil da Internet, para regular as atividades sob os dados pessoais. A lei tem vigência imediata, porém, a aplicação de sanções para empresas que desrespeitarem as regras é para o primeiro dia de agosto do ano que vem e com multas que podem chegar até 50 milhões de reais.

Para fiscalizar a nova Lei-criada por Michel Temer e sancionada por Bolsonaro em setembro - criou-se a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), sendo um órgão que faz parte da Presidência da República.

A ANPD tem 36 cargos, sendo 16 nomeados pelo Presidente, inclusive todos os membros do Conselho Diretor do órgão. O segundo inciso da ANPD afirma que “compete ao Presidente da

01100001 01100011 01100001 01100010

República determinar o afastamento preventivo, caso necessário, e proferir o julgamento” sobre qualquer membro da instituição.

A falta de independência do órgão é alvo de preocupação, segundo o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “O ideal é que a agência não fosse vinculada ao governo. A criação da agência debaixo da estrutura do governo foi errada. Quem tiver o comando dos dados talvez tenha o comando do País por muito tempo, por isso é importante ter uma agência de proteção de dados distante do governo”, defendeu Maia em evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Embaixada da Alemanha sobre as Fake News.

Victor Hidalgo

LIBERDADE DE IMPRENSA, EXISTE?

Brasil se tornou em 2020 um dos países mais perigosos para ser jornalista. Nos últimos 9 meses de governo Bolsonaro, o presidente atacou 299 vezes a imprensa e jornalistas

Júlia Aguiar

Brasil caiu dois pontos de 2019 para 2020 na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa, indo para a 107ª posição. Atualmente estamos atrás de Montenegro, no sudeste da Europa, lugar onde a mídia pró-governo é financiada por anúncios públicos e a mídia independente sofre sérias dificuldades econômicas. Qualquer semelhança não é mera coincidência.

Somente em 9 meses deste ano, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) levantou 299 ataques diretos à imprensa promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

A grande maioria das ameaças e ataques, os jornalistas produzem pautas relacionadas à corrupção, políticas públicas ou crime organizado, em cidades de pequeno e médio porte em todo o país. É o que afirma pesquisa divulgada no último 19 de setembro pela ONG Repórteres Sem Fronteiras.

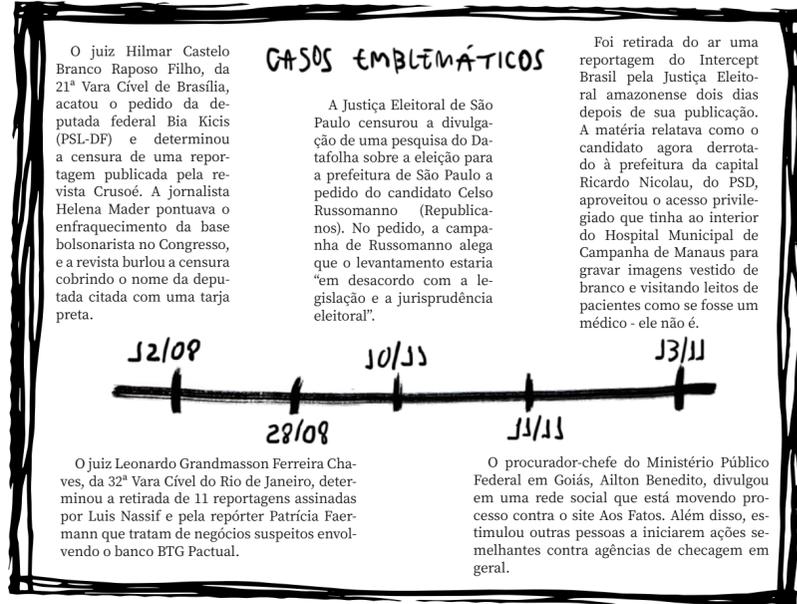
O levantamento aponta que somente no último trimestre da ocupação do clã Bolsonaro no Palácio do Planalto foram registrados 143 ataques contra a imprensa. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) lidera o ranking no relatório com 79 ataques, seguido pelos irmãos Carlos Bolsonaro (Republicanos), com 19 ataques e o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos), responsável por realizar 21 ataques contra 47, no trimestre anterior.

SEM LIBERDADE DE EXPRESSÃO NÃO EXISTE DEMOCRACIA

O direito à liberdade de imprensa consolidou-se no País, com liberdade de informação jornalística, há apenas 32 anos, com a promulgação da Constituição de 1988. O artigo 5º dos direitos fundamentais é considerado cláusula pétreia, ou seja, não pode ser mudado de forma alguma dentro da Carta Magna.

Segundo o artigo 220, no segundo inciso, é vedado qualquer forma de censura seja de natureza política, ideológica ou artística. O que significa que, pela lei, não é permitido o impedimento da publicação jornalística, independentemente do veículo que será divulgada.

Porém, o sigilo das fontes é com frequência questionado por poderosos, tornando jornalistas investigativos alvo principal de processos judiciais, deixando clara a ação da censura.



JUSTIÇA

As amarras na imprensa brasileira em 2020 é fruto de um processo antigo. A história mostra que a Justiça Brasileira até hoje não conseguiu ter autonomia em relação aos interesses da elite.

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi implantada a Justiça Federal com juízes indicados pelo presidente da República. Os militares afirmavam, à época, que esta era a Justiça da Revolução e que a mesma seria extinta quando o regime de exceção acabasse.

“O judiciário foi cúmplice do golpe militar, que ocorreu quando João Goulart ainda estava no Brasil. O presidente do Congresso declarou vaga a presidência, e pegou o presidente da Câmara e levou ao STF, e lá deram posse a ele como presidente do Brasil”, explica o jurista e militante de esquerda Francisco Celso Calmon em entrevista ao **Jornal Metamorfose**. Calmon ainda lembra que vários ministros do STF, como Evandro Lins e Silva, foram cassados pela Ditadura, tornando a Justiça brasileira vítima, a medida que a censura ia ampliando suas garras.

Para o jurista ainda não estamos em uma nova Ditadura, porém vivemos sobre um estado de exceção desde o golpe de 2016. “Esse estado policial de ideologia neofascista está sendo legitimado pela Justiça brasileira. Às vezes fica menos ou mais aparente, de acordo com a adesão das togas ao fascismo”, pontua Calmon ao **JM**.

Em um estado policial miliciano não é incomum você ter censuras, usadas como instrumento para implantar uma po-

CASOS EMBLEMÁTICOS

A Justiça Eleitoral de São Paulo censurou a divulgação de uma pesquisa do Datafolha sobre a eleição para a prefeitura de São Paulo a pedido do candidato Celso Russomanno (Republicanos). No pedido, a campanha de Russomanno alega que o levantamento estaria “em desacordo com a legislação e a jurisprudência eleitoral”.

Foi retirada do ar uma reportagem do Intercept Brasil pela Justiça Eleitoral amazense dois dias depois de sua publicação. A matéria relatava como o candidato agora derrotado à prefeitura da capital Ricardo Nicolau, do PSD, aproveitou o acesso privilegiado que tinha ao interior do Hospital Municipal de Campanha de Manaus para gravar imagens vestido de branco e visitando leitos de pacientes como se fosse um médico - ele não é.

O juiz Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves, da 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro, determinou a retirada de 11 reportagens assinadas por Luis Nassif e pela repórter Patrícia Faermann que tratam de negócios suspeitos envolvendo o banco BTG Pactual.

O procurador-chefe do Ministério Público Federal em Goiás, Ailton Benedito, divulgou em uma rede social que está movendo processo contra o site Aos Fatos. Além disso, estimulou outras pessoas a iniciarem ações semelhantes contra agências de checagem em geral.

lítica ideológica que controle a percepção da população sobre a realidade.

“É uma ilusão acreditar que os militares são democráticos e nacionalistas, não são”, afirma Francisco Celso Calmon ao JM.

“Temos que pontuar que a grande mídia oligárquica faz uma censura permanente em relação a esquerda brasileira. Ela faz um outro tipo de censura que faz parte dessa guerra híbrida, usando a deformação da verdade. Antes do golpe você ainda tinha jornais que assumiram sua posição ideológica, isso foi acabando durante a ditadura e não existe mais. Como que estamos caminhando para uma democracia plena quando você tem os meios de comunicação dominados por 3 famílias? Quando você não tem uma comunicação livre não se pode dizer que têm uma democracia”, explica o jurista.

Além dos ataques por parte do judiciário, a imprensa também está enfrentando maior dificuldade em acessar documentos pela Lei de Acesso à Informação (LAI). O levantamento do **Repórteres Sem Fronteiras** afirma que desde janeiro de 2019 o atual presidente tomou pelo menos 13 medidas para reduzir o acesso à informação.

Em entrevista ao relatório, a jornalista Patrícia Campos Mello afirmou que “esse governo é um dos campeões em negativas de

pedido de acesso à informação. Isso é muito importante para jornalistas, e eles dão oitocentas desculpas para não apresentar as respostas a pedidos de acesso. A transparência é muito pequena, é muito difícil conseguir informação sempre. Inclusive, não existe essa percepção dentro do governo de que é uma função do governo eleito pelo povo prestar contas para o público”.

CONV

Em 2011, o Brasil - então liderado por Dilma Rousseff (PT) - seguiu o movimento de outros países da América Latina (como México e Chile) e da Europa (Sérvia e Áustria) para consolidar aparatos legais para garantir o acesso à informação. A Lei 12.527, LAI (Lei de Acesso à Informação) foi criada e coincidentemente aprovada no mesmo dia da Lei da Comissão Nacional da Verdade, usada como aparato legal para destituir a Lei 11.111, de 2005.

“Com essa lei as pessoas não podiam ter acesso a documentos da Ditadura Militar, ela era bastante restritiva com os arquivos, determinava prazos de restrição que poderiam ser renovados eternamente sigilosos”, explica a arquivista e doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Ciência da Informação, Isabela Costa da Silva, em entrevista ao **Jornal Metamorfose**.

Documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), um dos órgãos de repressão durante os anos de chumbo da ditadura civil-militar (1964-1985), foram considerados

sigilosos durante décadas. A Lei 12.527 - conhecida como Lei de Acesso à Informação - garantiu que todos os documentos sobre direitos humanos se tornassem públicos.

Por conta dessa lei, a imprensa brasileira teve pela primeira vez possibilidade de trabalhar com liberdade, pois agora era possível fiscalizar o poder, papel fundamental do jornalismo. Após tantos ataques à mídia por parte do governo neofascista que está atualmente no Poder, a Lei de Acesso à Informação está cada dia mais inacessível e desrespeitada.

DOCUMENTAÇÃO

Atualmente, o arquivo nacional possui mais de 20 milhões de páginas de documentos da ditadura civil-militar, de todos os órgãos militares repressivos.

A arquivista Isabela Costa e Silva explica que estamos passando por um período de desinformação. “A onda atual é a negação do status histórico. Na ditadura existiam os órgãos de controle da informação, tantos nos órgãos públicos, setores públicos, jornais e faculdades. Era tudo muito documentado, documentos que deixavam bem claro que eles estavam realmente monitorando a sociedade, principalmente o Serviço Nacional de Informação (SNI), que era o órgão principal de repressão da época”.

Isabela diz ainda que o papel social da documentação é refletir a sociedade de seu tempo. De acordo com ela, os documentos determinam nossa memória enquanto sociedade e do estado enquanto instituição pública. A arqueóloga afirma, ainda, que a imprensa e os jornais têm papel fundamental nessa documentação. “As mídias falam muito sobre como a sociedade age, e como os regimes de repressão atuavam no controle da mídia, controlavam os meios de informação e a memória histórica também”, explica Costa da Silva em entrevista ao **JM**.

“A Lei de Acesso à Informação é sobre informar o que realmente aconteceu, acabar com a desinformação sobre os fatos históricos porque eles estão registrados, documentados. Existem documentos que comprovam as torturas, como eles agiam, o que eles faziam, sobre as mortes, pessoas desaparecidas”, finaliza.

É PRECISO LUTAR

Lúcia Murat lança filme sobre artistas plásticas que lutaram contra ditaduras latino-americanas. Ex-presena política torturada pelo regime militar diz que ‘é fundamental recuperarmos nossa história’

Marcus Vinícius Beck

No documentário “Que Bom Te Ver Viva” (1989) e na ficção “Quase Dois Irmãos” (2004) a cineasta Lúcia Murat, de 71 anos, conseguiu desvendar a memória das atrocidades ocorridas nos porões durante a ditadura civil-militar, e com os dos quais ela mostrou o vínculo entre o regime autoritário e a democracia.

Agora, em 2020, a ex-presena política torturada durante os anos de chumbo mistura realidade e ficção em “Ana. Sem Título”, seu novo filme que foi na 44ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e cuja estreia mundial foi no Festival Internacional de Cinema de Moscovo. Ainda não há data para entrar no streaming.

Um road-movie, o longa usa artifícios narrativos dramáticos para discutir questões como o papel da mulher na sociedade, a realidade política da América Latina e a luta das artistas plásticas contra regimes autoritários estabelecidos no continente na segunda metade do século 20.

O filme é protagonizado - além da própria diretora - pela atriz Stella Rabello e técnica de som Andressa Neves, única barada num aeroporto mexicano por ser negra. “A ditadura, para a gente, nunca deixou de acontecer. Está aí até hoje”, afirma Andressa em uma das cenas mais emocionantes de “Ana. Sem Título”.

Nascida no Rio de Janeiro em 1949, Lúcia Murat militou no movimento estudantil na década de 1960, sendo presa pela primeira vez durante congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro do mesmo ano, ela entrou na clandestinidade, optando pela guerrilha.

Em 1971, foi presa mais uma vez e sofrera torturas no Doi-Codi.

Três anos depois, já solta, Murat começou a escrever textos para o **Jornal do Brasil**, bem

como ao **Opinião** e **Movimento** - veículos da chamada imprensa manica. No final da década, obteve imagens sobre a guerrilha na Nicarágua e produziu o documentário “Pequeno Exército Louco” (1984).

Em entrevista por e-mail ao **JM**, a cineasta, cuja obra é marcada pelas suas experiências na ditadura, revela como nasceu a ideia de fazer “Ana. Sem Título” e diz que “é fundamental recuperarmos nossa história”.

Jornal Metamorfose - O filme “Ana. Sem Título” retrata a história de artistas plásticas mulheres da América Latina por meio da ótica de Stella. Como nasceu a ideia de realizar uma produção com esse viés?

“ESTAMOS VIVENDO UMA SITUAÇÃO MUITO DIFÍCIL & O MAIOR EXEMPLO É O ABANDONO DA CINEMATECA BRASILEIRA”

Lúcia Murat -

O filme é livremente inspirado numa peça de teatro chamada “Há mais futuro que passado”. As cartas e a personagem Ana vieram dali. A partir dessa ideia original eu e a escritora Tatiana Salem Levy escrevemos um roteiro onde a ideia era fazer um road movie na América Latina mostrando algumas dessas artistas e procurando Ana.

Pouco antes de começarmos a filmar a Pinacoteca de SP apresentou a exposição “Mulheres Radicais” sobre artistas plásticas latino-americanas dos anos 70 e 80. E foi ali que iniciamos as filmagens.

JM - Chamou-me atenção na obra a viagem que Stella faz para países que viveram sob ditaduras civis-militares no século passado. Por que mostrar uma ferida e um desastre político que ainda está vivo na memória coletiva do continente?

Murat - Porque é fundamental recuperarmos a nossa memó-

ria e a nossa história, além de que essas artistas com quem estávamos trabalhando viveram basicamente em tempos de ditadura. Muito de suas artes eram reflexos e resistências desses tempos.

JM - O centro do filme gira em torno de mulheres artistas. Em sua opinião, a arte é um antídoto contra regimes autoritários e tirânicos?

Murat - Sim. Como pode ser visto no filme, a arte - das formas as mais diversas e sem nenhuma imposição - devem representar a liberdade e a autonomia, o que nenhuma ditadura suporta.

JM - Na visão distorcida da realidade badrada por Jair Bolsonaro e outros líderes de extrema direita é perceptível críticas ao movimento feminista. Como você analisa a luta das mulheres por direitos iguais numa sociedade que ainda não puniu seus torturadores da ditadura?

Murat - Acho que os movimentos identitários, o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBTQ+ são fundamentais hoje e estão à frente da luta contra o conservadorismo, a estreiteza, o atraso e a desigualdade.

JM - O que te motivou a ir do sul do Brasil para a efervescência Buenos Aires atrás da história de Stella?

Murat - Nós - a equipe do filme - junto com Stella estávamos à procura dessas artistas incríveis, muitas delas injustamente esquecidas, e no caminho descobrimos Ana e resolvemos encontrá-la.

JM - Em meio aos seguidos ataques às artes encampadas pelo governo Bolsonaro, como você vê a situação da produção artística e audiovisual?

Murat - Estamos vivendo uma situação muito difícil e o maior exemplo é o abandono da Cinemateca Brasileira, onde está guardada a memória audiovisual do País. Mas estamos resistindo, tentando impedir que a arte brasileira seja destruída.



Memória em risco

Bolsonaro demitiu em junho todos os profissionais técnicos da Cinemateca Brasileira, ameaçando o maior acervo audiovisual da América Latina

Júlia Aguiar

As imagens em movimento podem parecer algo 'comum' nos dias atuais, mas a criação do cinema é reconhecida como marco na compreensão da realidade humana e social. No século XIX, ouvimos e liamos sobre o mundo. No século XX, o cinema transportava os olhares atentos à tela para uma nova percepção daquilo que entendemos como vida, manifestação dos sonhos e dos sentimentos.

Os estudiosos do cinema teorizam e debatem constantemente sobre o poder do audiovisual na sociedade. Tiranos como o nazista Adolf Hitler usaram a sétima arte para propagar a mensagem do Terceiro Reich, assim como grandes cineastas mudaram a concepção sobre o mundo a partir de seus filmes. Porém, como toda ferramenta de comunicação, o audiovisual sofre com a função de seu ofício.

Originada na década de 1940 por Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado e Antônio Candido de Melo, a Cinemateca Brasileira contém o maior acervo de "imagens em movimento" da América Latina, com mais de 200 mil títulos nacionais e estrangeiros. Além de documentos importantes para a his-

tória do audiovisual nacional, como os certificados de censura - tanto no Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, como na Ditadura Civil-Militar (1964-1985), dos gorilas fardados.

O trabalho de preservação cinematográfica é um dos pilares fundamentais na manutenção da memória cinematográfica de um país. É o que explica Pedro Maciel Guimarães, professor no Departamento de Cinema da Unicamp e doutor em cinema e audiovisual pela Paris 3 - Sorbonne Nouvelle: "É preciso que as pessoas entendam que colocar a Cinemateca nas mãos de uma pessoa que é inexperiente nesse meio de conservação, é colocar em perigo a memória audiovisual do país", avalia Maciel, em entrevista ao **Jornal Metamorfose**.

Segundo Carlos Augusto Calil, ex-diretor da Cinemateca Brasileira e



professor do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da ECA-USP, as imagens em movimento têm o poder de reter o real e se tornam, mesmo que involuntariamente, registros de uma época. "Os historiadores contemporâneos não desprezam os filmes como fontes eloquentes de informação e análise. O cinema não é um mero registro passivo da realidade; é uma linguagem que reelabora o real", explica Calil ao JM.

Situada na cidade de São Paulo, a Cinemateca possui vocação nacional. Para Calil, a instituição conserva a imagem animada do país desde o início do século, com as chanchadas tão populares, as obras do Cinema Novo, de prestígio internacional,

bem como a memória da pioneira TV Tupi. "É a maior, mas não a única, referência no campo histórico das imagens entre nós. E é reconhecida como a maior instituição do gênero na América do Sul", afirma.

"Hoje, a própria realidade parece refletir ao cinema e não o contrário. Vivemos um período tão conturbado onde as informações são distorcidas, narrativas são adulteradas, culturas são apropriadas e retratadas de maneira injusta e, até mesmo, não são retratadas, porque não tiveram a chance de participar de alguma produção genuinamente fiel a um recorte memorial da nossa cultura", afirma o cineasta, diretor criativo e mediador cultural, Jaicle Melo.

Descaso

Desde 2013, a Cinemateca Brasileira passa por problemas administrativos e estruturais derivados de crises políticas. O ministério da cultura, aniquilado à condição de secretaria pelo governo de Jair Bolsonaro, nunca soube realmente investir em políticas públicas voltadas à manutenção de acervos e museus, e toda a classe artística sofre com o descaso público.

Porém, com a posse de Jair Bolsonaro (sem partido), a cultura passou a sofrer com censuras, falta de investimentos, fim de editais e sucateamento de órgãos que deveriam primar pela valorização de nossa identidade. Em junho deste ano a Secretaria Especial de Cultura, chefiada por Mário Frias, demitiu todos os funcionários técnicos da instituição.

No dia 7 de junho, a Polícia Federal interveio na instituição com uma operação ostensiva e policiais armados. A ordem do novo secretário era clara: tomar as chaves da Cinemateca. À época, Jair rompeu o contrato com a Fundação Roquette Pinto (Acerp), instituição que mantinha a Cinemateca, cancelando os repasses federais e fechando o maior acervo cinematográfico da América Latina.

Pela preservação da

Marcus Vinícius Beck

A História é uma ciência nebulosa, e talvez por isso de tempos em tempos seja comum haver desastres em seu percurso: ditaduras se estabelecem com uma facilidade que é inexistente na hora de tirá-las do poder. No Brasil, por exemplo, os militares colocaram o Palácio do Planalto à disposição dos civis após negociarem uma abertura política que não lhes incriminasse ao mesmo tempo em que fingiam consentir com a anistia.

Sem uma justiça de transição que tenha punido torturadores e assassinos do período fardado, o País passou a assistir desde a eleição de Jair Bolsonaro a uma guerra de narrativas que colocou o legado do regime militar no centro do debate. Hoje não se deve falar, refletir ou investigar o passado, mas não falar é esquecer, não refletir é ser conveniente com negacionistas e não investigar é deixar impune criminosos da caserna.

Foi a partir dessa necessidade que a diretora Carol Benjamin sentiu que deveria fazer o documentário "Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil". Disponível para aluguel no Now por R\$ 6,90, o longa mostra a história de três gerações da família de Carol que foi atravessada pelo regime

de exceção: seu avô era coronel do Exército, enquanto seu pai, César Benjamin, foi detido ilegalmente aos 17 anos, em 1971, e ficou numa cela solitária por três anos e meio, além de mais dois em prisão comum.

A detenção e tortura do filho mais novo levou a dona de casa Iramaya Benjamin, avó da diretora, a se transformar numa militante incansável pela anistia. "Acho que tem uma história muito interessante e orgânica, porque não é um filme pautado em heróis", diz a documentarista em entrevista ao **Jornal Metamorfose**, por telefone. Por conta da pressão de Iramaya, o caso de César logo foi adotado pela Seleção Sueca da Anistia Internacional, mas apenas em 1976 ele foi considerado "Prisioneiro da Consciência".

Sob forte pressão dos organismos internacionais, o governo brasileiro se viu obrigado a exilar o pai de Carol na Suécia, e por lá ele ficou durante dois anos. No esforço de resgatar as memórias de sua família, "Fico Te Devendo" começa com imagens de Estocolmo numa

narração em off sobre como o Brasil serviu de modelo para regimes sanguinários da América Latina - a exemplo do implantado por Augusto Pinochet, no Chile. "Ao longo do processo vi que falar sobre a ditadura era uma necessidade, tinha de colocar isso no filme", recorda-se a diretora.

Para o longa, Carol revela que chegou a estudar a Lei da Anistia, já que sempre tinha ouvido falar dela, mas nunca a compreendeu muito bem. "A Lei era um pacto de silenciamento do passado e acabou chegando até os dias de hoje", explica. No país europeu, numa emocionante cena que integra o longa, a diretora se encontrou Marianne Eyre, membra da Anistia Internacional desde 1966, com quem sua avó se cor-

respondia por meio de cartas e de quem ela acabou se tornando amiga e confidente.

"Com muita sensibilidade, abrindo os porões de sua família, Carol investiga o silêncio que contaminou três gerações do País. Precisamos da nossa memória para recontar nossa história e nos reconhecer. "Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil" é um exemplo corajoso de como devemos nos investigar para ir além e construir novas perspectivas de futuro", afirma a atriz Leandra Leal, produtora do documentário.

Narrado em primeira pessoa, "Fico Te Devendo" é um filme corajoso e

dirigido de forma segura por Carol, lançando um olhar sensível sobre as masmorras do autoritarismo fardado. "Espero sinceramente que a história da minha família possa contribuir para a abertura de um diálogo mais empático em torno de um tema tão caro para todos nós, que é a manutenção do pacto democrático", afirma Carol Benjamin. O cinema, colhendo os frutos das políticas públicas implantadas na última década, cumpre o papel de mostrar nossas feridas. Ainda bem.

memória



FOTO: RICARDO AZOURY

'FICO TE DEVENDO UMA CARTA SOBRE O BRASIL'
DIRETORA: CAROL BENJAMIN
GÊNERO: DOCUMENTÁRIO
DURAÇÃO: 88 MINUTOS
PREÇO: R\$ 6,90
DISPONÍVEL PARA ALUGUEL NO NOW

A ameaça do livro

Na reforma tributária, o governo manifesta desejo de acabar com a isenção de livros. Medida impacta diretamente editoras pequenas e independentes

Marcus Vinícius Beck

A ameaça de sobrevivência aos pequenos selos editoriais, seja em Goiás ou outros estados, pode ainda gerar prejuízo à bibliodiversidade das publicações no Brasil. Segundo Mundim, as pequenas editoras, sobretudo as independentes, trabalham de maneira segmentada, fortalecendo grupos sub-representados e ampliando a variedade de pontos de vistas. Ela cita como exemplo o caso da Jandaíra (SP), padê editorial (DF), Mazza Edições (MG), Experimentos Impressos (RS) e AUÁ (DF), conhecidas por publicar conteúdos relacionados a questões étnico-raciais, gênero e sexualidade com obras de ficção e não-ficção.

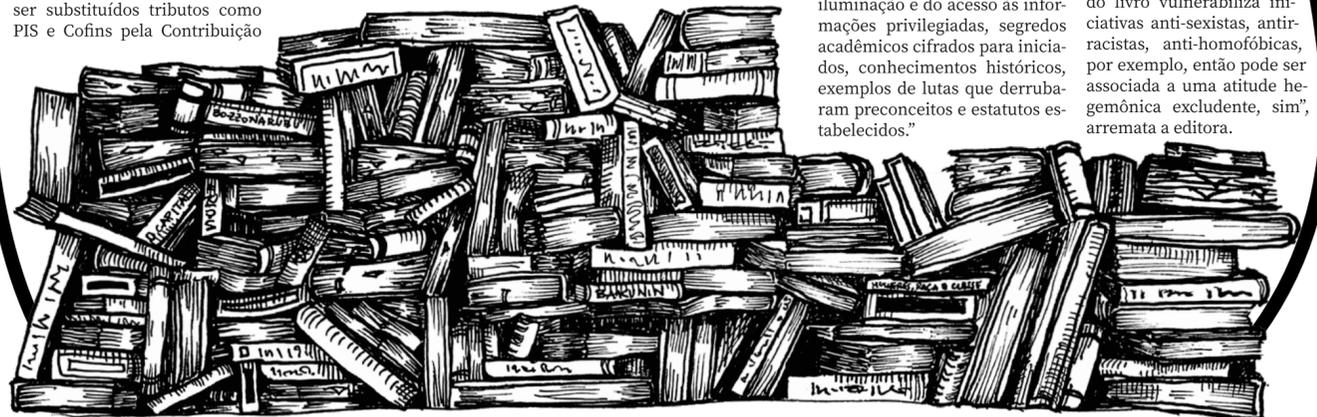
"Iniciativas como estas, e tantas outras, paralisam atividades e o mercado editorial brasileiro vai se pasteurizando ainda mais, o que favorece a projetos que não têm compromisso com a formação de um leitor crítico da nossa realidade social", afirma a editora. Por isso, ela continua, a capacidade de escrita é reconhecida - no âmbito das políticas públicas - como uma das ferramentas responsáveis pelo desenvolvimento do potencial humano e para a expressão da diversidade cultural. "O que favorece o intercâmbio entre povos, o alcance de níveis educacionais mais altos, entre outras variáveis importantes para o avanço social e econômico da sociedade", argumenta.

Excalibur

Para o poeta Ikaro MaxX, a medida do ministro Paulo Guedes transforma o acesso ao livro numa espécie de excalibur encurvada numa pedra: apenas uma minoria endinheirada, bem nascida e adepta de visitas à Disney, poderá ter acesso irrestrito a eles. "Se o caminho para editores e livrarias independentes já é difícil diante do mercado atual que anda periclitante, com uma medida na qual essa tributação se impõe de modo autoritário e universal, então, o pouco que poderá sair em termos de venda deverá cumprir as responsabilidades fiscais, sobrando muito pouco para a estrutura editorial, autoral e de comercialização", analisa.

MaxX argumenta ainda que a tributação apresentada por Paulo Guedes continua a empreender a chamada "Guerra Cultural" que o bolsonarismo e o olavismo tramam desde o término da Comissão da Verdade. "Então, para que o pobre continue se contentando a ser precariado, explorado, tendo que se ver obrigado a aceitar um salário de merda sem nenhum direito ou garantia é mister sobretaxar o "luxo" da iluminação e do acesso às informações privilegiadas, segredos acadêmicos cifrados para iniciados, conhecimentos históricos, exemplos de lutas que derrubaram preconceitos e estatutos estabelecidos."

Por caminho semelhante vai a jornalista e escritora Larissa Mundim. Ela acredita que a tributação guediana desfavorece a diversidade de ideias e favorece manifestações contrárias aos direitos sociais e aos direitos humanos, ao sexismo, ao racismo e à homofobia, tão comuns neste início de século. "Justamente por estarem se fortalecendo é que são combatidos pelos projetos hegemônicos excludentes. Se o aumento da taxa do livro vulnerabiliza iniciativas anti-sexistas, antirracistas, anti-homofóbicas, por exemplo, então pode ser associada a uma atitude hegemônica excludente, sim", arremata a editora.



GOEBBELS TABAJARA

Na década de 1930, Adolf Hitler perseguiu artistas sob a desculpa de defender a sociedade alemã da 'arte degenerada'. Décadas depois, no Brasil de Bolsonaro, o drama se repete

Marcus Vinícius Beck

É difícil de acreditar. No entanto, acredite: o ponta pé inicial de 2020 no meio cultural foi um dramaturgo que copiou e colou um discurso nazista. Detalhe: tanto na Alemanha dos anos 1930 como no Brasil de Jair Bolsonaro houve ameaças públicas aos trabalhadores da cultura e discursos impregnados de (i) moralidade barata.

No dia 2 de dezembro de 1936, o escritor Thomas Mann vira que seu nome e de familiares estavam na lista de expatriados publicada no jornal *Völkischer Beobachter* (Observador Popular, em tradução livre). Era mais um episódio da perseguição deflagrada pelos nazistas aos artistas que se opunham ao regime.

Seis anos antes, Mann – um dos maiores romancistas do século 20 – fez um discurso em Berlim no qual pediu para que a população rejeitasse o fanatismo autoritário, e a partir de então os arapongas de Adolf Hitler tentaram lhe aniquilar da história. “Eu já havia percebido há muito quem e o que subia ao poder”, desabafou o escritor.

Mais de oito décadas depois, do outro lado do Atlântico, o secretário da cultura, Roberto Alvim, passou gel no cabelo, se meteu num paletó antiquado, botou para tocar a ópera “Lohengrin”, de Richard Wagner, e fez um discurso louvando o que seria a verdadeira arte brasileira. O bolsonarismo tornava público sua morbidez.

“A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada”, disse Alvim, em janeiro deste ano. Minutos após o vídeo ser veiculado nas redes sociais, o site *Jornalistas Livres* detectou uma similaridade, e bem assustadora.

Alvim plagiou o pronunciamento de uma das figuras mais desprezíveis do regime nazista, o ministro da propaganda Joseph Goebbels, mente por trás dos filmes que louvavam Hitler. “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande pátos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada”, ruminou Goebbels em 8 de maio de 1933 diante de uma plateia formada por diretores de teatro, segundo o livro “Joseph Goebbels: uma Biografia”, do historiador Peter Longrich.

O demitido secretário de cultura de Bolsonaro caiu porque a sociedade civil repudiou seu discurso. Mas o que acendeu o sinal de alerta é que a arte nunca foi prioridade para gente com inclinações autoritárias: Hitler, também ex-capitão do exército, quando chegou ao poder, em 1933, tratou logo de deflagrar perseguição aos modernistas sob o pretexto de defender a “pátria, a moral,



FUTUROS PASSADOS
SÉRIE DO PROJETO @B4L4CL4V4, PELA ARTIVISTA DEEP ALPA

a religião e os bons costumes”.

Na dúvida, Freud explica: o nazista era um pintor frustrado. Ao se sentar no trono do poder, decidiu determinar qual tipo de arte deveria ser glorificada pela sociedade e qual era degenerada e precisava ser banida. Óbvio que a “verdadeira” obra era aquela ao seu estilo: com paisagens insignificantes, cenas pastorais de quinta categoria e escultura greco-romanas, que, segundo o Führer, não eram contaminadas por judeus ou comunistas – até o jazz, a maior invenção musical daquele tempo, foi alvo de Hitler.

Nudez? Até que era permitida, mas só se fosse a “clássica”. Pablo Picasso, Kandinsky, Paul Klee, Otto Dix, Marx Ernst... Sem distinção: do cubismo ao surrealismo, todos eram considerados pela Câmara de Cultura do Terceiro Reich “degenerados”. Mais de mil pinturas e quase 4 mil aquarelas, desenhos e gravuras foram destruídas, em 1939.

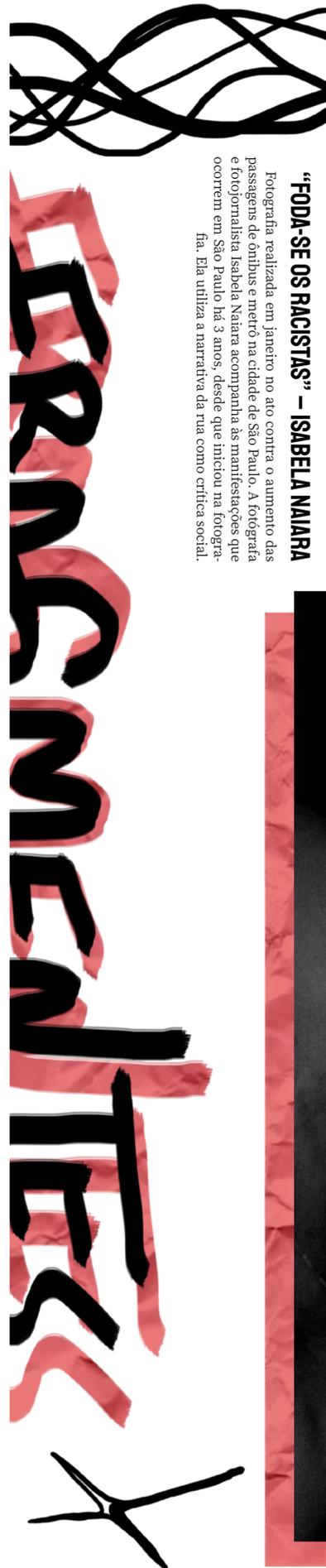
Sim, as cabeças mais brilhantes daquele período foram perseguidas.

Em sua edição do dia 25 de julho de 1937, o jornal norte-americano *The New York Times* deu na capa: “Modernismo agora é proibido”. E era. Tanto que não foram apenas as artes visuais que sofreram com a mordada imposta pelos nazistas: a literatura também sentiu os efeitos da ditadura de Adolf Hitler. Walter Benjamin, Theodor Adorno, Thomas Mann, Ernest Hemingway, Fitzgerald, Sigmund Freud, Karl Marx e Friedrich Nietzsche tiveram suas obras destruídas pelo regime num obscuro episódio que ficou conhecido como “Grande Queima de Livros dos Nazistas”, em 1933.

O “poeta” Hanns Johst, sujeito que se derretia de amores pelos milicianos da SS, defendia a medida obscurantista de Hitler e seus aspones, pois, de acordo com ele, havia uma “necessidade de purificação radical da literatura alemã de elementos estranhos que possam alienar a cultura alemã”. Fico, no entanto, com o escritor Heinrich Heine: “onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas”. Como a História nos mostrou, elas foram queimadas e assassinadas no holocausto.

Mesmo submetendo a humanidade a todo tipo de delinquência, os tiranos nada mais são do que um acidente no curso da História. Se chegam ao poder após um golpe, geralmente saem dele sem vida: Mussolini teve seu corpo estirado em praça pública, Hitler suicidou-se para não ter de enfrentar o julgamento de Nuremberg e Carrero Blanco (sucessor do generalíssimo Francisco Franco) foi vítima de um formidável atentado do ETA Basco poucos meses depois de assumir o governo da Espanha.

Seria assim por aqui também? Eis a incógnita...



“FODA-SE OS RACISTAS” – ISABELA NAIARA

Fotografia realizada em janeiro no ato contra o aumento das passagens de ônibus e metrô na cidade de São Paulo. A fotógrafa e jornalista Isabela Naiara acompanha às manifestações que ocorrem em São Paulo há 3 anos, desde que iniciou na fotografia. Ela utiliza a narrativa da rua como crítica social.



“SORRIA” – LUIZ CARDOSO

Pensando nos efeitos colaterais causados pela pandemia, pelo governo e afins, resolvi fazer um autorretrato que conseguisse ilustrar a minha percepção sobre mim. É muito difícil lidar com todas as coisas que vêm acontecendo. Continuar “sorrido”, e algo que me vi sendo forçado a fazer. Tudo isso porque mesmo diante de todo caos, eu ainda tenho saúde e não estou passando nenhuma necessidade. Logo não acho que posso me dar o luxo de “chorar” (mesmo tendo feito isso diversas vezes). O suporte de metal rígido me ajuda a segurar a essa máscara social.



MADAME SATÃ & MARIGHELLA: quem está contra eles?

Todas as relações que incorporam raça e o espaço urbano voltam-se para a apropriação de uma classe hegemônica sobre os corpos e saberes tradicionais de um povo com base no sistema escravocrata, agora, em caricatura de um imundo sistema burguês

A resistência simbólica e efetiva contra um Estado fascista é refletida pelos poros de um corpo negro, marginal e subversivamente revolucionário de um pai adotivo de seis filhos, transformista, capoeirista e cozinheiro. Madame Satã é considerada a primeira travesti artista do Brasil, mas antes de se tornar uma das figuras mais importantes da vida marginal da Lapa. Filha de descendentes de escravos, Dona Firmina dos Santos e Seu Manoel Francisco dos Santos, ela teve uma infância dura. Quando Seu Manoel faleceu, João Francisco, antes de se tornar a gloriosa Madame Satã, com apenas 7 anos foi trocado por uma égua com a promessa de que a ele seriam dadas oportunidades de estudos e à sua mãe, alimento para seus dezessete irmãos.

A promessa não vingou e João, aos sete anos de idade, foi escravizado numa fazenda. Algum tempo depois, uma senhora chamada Dona Felicidade lhe prometeu condições dignas de vida no Rio de Janeiro, mas, quando chegou à capital, João Francisco foi novamente escravizado.

A labuta por existir é incessante, e aos treze anos de idade, João fugiu com a sede de enfim se apossar de sua liberdade. Viveu em situação de rua por muitos anos, cometeu pequenos furtos e foi diversas vezes preso e violentado pela polícia. João fazia o que podia, trabalhando como vendedor ambulante de pratos e panelas de alumínio, e como garçom na Pensão da Lapa, onde aprendeu a cozinhar.

A convivência com malandros conhecidos na Lapa lhe conferiu reconhecimento na vida noturna e marginal do Rio de Janeiro, de modo que em 1923, João Francisco já era conhecido como o malandro do soco de esquerda, de apelido Caranguejo da Praia das Virtudes. Foi treinado por um malandro e cafetão chamado Sete Coroas, desde os nove anos de idade. Ele o introduziu no mundo da malandragem, ensinando a ele truques com navalha e, quando morreu, foi substituído por Madame Satã, que se tornou a maior malandra da Lapa.

Em 1928, após o espetáculo Loucos em Copacabana, interpretando a Mulata do Balacochê, João resolveu jantar em um boteco, onde se envolveu em uma briga com o vigia Alberto, que

imundamente o provocava chamando de “viado”. Ele acabou atirando no guarda, e foi condenado a dezesseis anos de prisão, na Ilha Grande. Esse acontecimento marcou o afastamento do primeiro momento da carreira de artista e a transição para a carreira marginal. Dois anos depois, foi absolvido por legítima defesa, mas, apesar do indulto, ainda foi indiciado em 29 processos que resultaram num total de 27 anos e 8 meses alternados na prisão, dos anos de 1928 a 1965.

O apelido Madame Satã foi atribuído a João Francisco no carnaval de 1930, quando desfilou fantasiado de um morcego com lantejoulas, e garantiu o primeiro lugar no concurso Teatro da República. João e seus amigos foram levados para a delegacia. Quando o delegado insistiu em saber seus nomes e João se negou a falar, o cocha então o apelidou como “Madame Satã”, associando com o filme Madam Satan (1930), de Cecil B. DeMille.

De início João detestou, mas, como o apelido se espalhou muito rápido, logo se acostumou e acabou gostando dessa excentricidade. Em pouco tempo, Madame Satã tornou-se uma lenda na Lapa do Rio de Janeiro. João Francisco sempre foi assumidamente homossexual e, aos 34 anos, se casou com Maria Faisal, com quem criou e educou seis filhos adotivos. Em 1976, aos 76 anos de idade, Madame Satã faleceu, devido a um câncer pulmonar.

A violência estatal contra corpos marginais não cessou por aí, o legado de luta contra a violência estatal institucionalizada por meio de uma polícia corrupta, parcial e violenta, atingiu também Carlos Marighella, nome forte, que corta feito espada afiada e cheia de fúria.

Considerado o inimigo “número um” do regime militar. Foi um político, escritor e guerrilheiro marxista-leninista, co-fundou a Ação Libertadora Nacional, dedicando sua vida muito mais à luta armada do que à política formal. O baiano foi um dos oito filhos de Augusto Marighella, operário imigrante italiano, e Maria Rita do Nascimento, filha de escravos. Em 1929, ingressou no curso de Engenharia Civil, da Escola Politécnica da Bahia, e ali mesmo começou a desenvolver uma visão mais ampla

da conjuntura política do País, adentrando no movimento estudantil.

Em 1934, foi preso pela divulgação de um poema que criticava o governo de Juracy Magalhães, nomeado interventor da Bahia, por Getúlio Vargas. No mesmo ano, abandonou o curso de Engenharia, e se mudou para o Rio de Janeiro, onde se tornou militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dois anos depois, vítima de políticas de e um a n a s, Marighella foi preso novamente e torturado, a mando do militar Filinto Müller, e só foi liberado um ano depois, quando o ministro da Justiça da época, José Macedo Soares, decretou a soltura dos presos políticos durante o Estado Novo. Mas, em 1939, foi preso e torturado novamente, resultando em seis anos de prisão.

Com o golpe de 1964, Marighella rompeu com o PCB, já que o partido defendia que, para se opor aos militares, não era necessário o uso de armas. Desassociado do partido, Marighella fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), maior fomentadora de ações de guerrilha urbana assaltos, emboscadas e sequestros - responsável pelo sequestro de Charles Elbrick, embaixador estadunidense no Brasil.

No dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi morto a tiros pelo DOPS de São Paulo, mas a ALN deu continuidade ao legado deixado pelo guerrilheiro e só encerrou suas atividades em 1974. Apenas em 2012, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo concedeu anistia oficial a Marighella, no Diário Oficial da União.

Em 1934, foi preso pela divulgação de um poema que criticava o governo de Juracy Magalhães, nomeado interventor da Bahia, por Getúlio Vargas. No mesmo ano, abandonou o curso de Engenharia, e se mudou para o Rio de Janeiro, onde se tornou militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dois anos depois, vítima de políticas de e um a n a s, Marighella foi preso novamente e torturado, a mando do militar Filinto Müller, e só foi liberado um ano depois, quando o ministro da Justiça da época, José Macedo Soares, decretou a soltura dos presos políticos durante o Estado Novo. Mas, em 1939, foi preso e torturado novamente, resultando em seis anos de prisão.

Com o golpe de 1964, Marighella rompeu com o PCB, já que o partido defendia que, para se opor aos militares, não era necessário o uso de armas. Desassociado do partido, Marighella fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), maior fomentadora de ações de guerrilha urbana assaltos, emboscadas e sequestros - responsável pelo sequestro de Charles Elbrick, embaixador estadunidense no Brasil.

No dia 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi morto a tiros pelo DOPS de São Paulo, mas a ALN deu continuidade ao legado deixado pelo guerrilheiro e só encerrou suas atividades em 1974. Apenas em 2012, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo concedeu anistia oficial a Marighella, no Diário Oficial da União.



RACISMO

Ambas figuras escancararam nitidamente todas as contradições de um suposto país do carnaval. A festa da carne é da carne mais barata do mercado, aquela marginal, aparentemente sem valor e silenciada violentamente em uma incessante negação da mínima dignidade de existência.

Fato evidenciado como um soco no estômago diante das afirmações de Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, que em seu twitter afirmou que “Madame Satã e Marighella nunca serão nossos heróis. Somos pró-policia, lei e ordem” e, em outubro, retirou o nome de Madame Satã da lista de personalidades negras da Fundação Palmares.

Decisão incoerente em toda essência, que nega descaradamente até mesmo o peso de seu nome. Zumbi dos Palmares nunca se submeteu à tamanha atrocidade identitária contra seu povo e não obstante, contra à história de luta da população negra brasileira.

A violência institucional e estrutural do Estado cortam o pescoço de almas fortes, e condicionam projetos de vida diretamente para uma latrina atolada de preconceitos enraizados de uma sociedade porcamente alicerçada sobre o racismo, a misoginia, a homofobia e toda forma de prenoção oferecida em um grande open bar de retrocesso humano.

Logo, diante das infinitas pluralidades, convém o necessário questionamento sobre a maneira que a violência institucional imposta pelo Estado de maneira macro, produz sutilmente (e também explicitamente) a modulação de comportamentos nocivos para com o Outro, sobretudo, o Outro enquanto ser marginal. Todas as relações que incorporam raça e o espaço urbano voltam-se para a apropriação de uma classe hegemônica sobre o corpos e saberes tradicionais de um povo com base no sistema escravocrata, agora, em caricatura de um sistema burguês, demarcando anormalidade com base em raça, orientação sexual, ou existência subversiva aos valores tradicionais dessa hegemonia violenta e suja.

Que a nova arte permaneça subversiva, que mais corpos negros escancarem revolução, que fogo consuma impiedosamente toda forma de repressão e silenciamento perdurado durante anos no batente da injustiça social. Que venha a nuvem preta de novos tempos!

Júlia Moura

A SÁTIRA DA DISTOPIA

Marcus Vinícius Beck

Talvez o mais anes-tesiante de sermos insultados é não compreendermos o significado daquilo a que estamos sendo xingados, e com isso ganhamos licença para desfilarmos com a máscara da ignorância pendurada no rosto. Vai dizer que não tem um quê reconfortante espinafurar o inquilino do Planalto de “Ubu Rei” ou “Arturo Ui”?

É, meus caros, assistir aos desmandos do capitão corona, digo, daquele militar fracassado e ressentido expelido do quartel por terrorismo, não é uma tarefa muito fácil. A bem da verdade é que sobreviver no Brasil comandado pela trupe saudosos dos calabouços da tortura tem se mostrado um ato de bravura, quase um teste de sanidade imposto por devotos da bíblia, do uniforme verde-oliva e da (i) moralidade.

É o nosso delirium tremens das relações nefastas, nossa caricatura do fabulário geral do delírio cotidiano. E, acredite, só o grito e o escárnio pode nos salvar dessa merda.

O bolsionarismo, como a gente vê a cada arrote da gangue eleita em 2018 por meio da institucionalização da mentira, é uma xe-

rox pós-moderna e mal diagramada da Guerra Fria – guiados pelo estigma do comunismo, sempre ele. O bolsonarismo precisa da mentira assim como eu preciso de uma dose de conhaque pra seguir em frente.

Mas, ora pois, por que essa digressão toda? Porque, com uma linguagem pra lá de nonsense e surreal como a do dramaturgo francês Alfred Jarry em “Ubu Rei” (1896), a peça “BozzonarUbu – Sátira Distópica Em Cinco Atos e Meio”, escrita pela namorada do Brasil, Hellgina No Art, se propõe explicar o absurdo da existência política com uma estética anárquica que reporta e ri da distopia militarizada que faria a criatividade mágica de Gabriel García Márquez parecer coisa de amador.

Gostou? Achou confuso?

Bom, primeiro passo: entre em contato com o poeta IkaRo MaxX em suas redes sociais e não perca tempo - dê um jeito de ler “BozzonarUbu”, obra que conta com embriagadas palavras minhas na contraparte e já chegou às mãos de pessoas

compromissadas com a transformação da nossa doente sociedade, como Guilherme Boulos e Márcia Tiburi. Segundo: estamos falando de uma sátira, viva o escárnio.

Feitas essas honestas considerações literárias, sigamos em frente: enquanto bizarrices povam as páginas dos jornais desde 2018, o riso se faz um instrumento essencial para zombar da cara de figuras decrépitas. A verdade, cá entre nós, é que o jornalismo tupiniquim não está dando conta de

reportar, analisar e opinar sobre a realidade.

“BozzonarUbu” me reconcilia com a vida. A escrita é honesta, debochada, pura e sem murmurinhas. Uma avalanche caleidoscópica em meio às caducas teorias da estética literária. Se a libertária obra mostra que o Brasil e o mundo

“BozzonarUbu” me deixa bêbado pelo escândalo do dedo-médio da poeta erguido contra a cafonice. É visceral, apenas, mas exprime uma torrente da gargalhada capaz de pulverizar quarteiros de escrotidão. É um genuíno deboche. Um sopro reconfortante de alento em tempos desalentos concebido no calor do escrutínio do desastre que tornou a sobrevivência no Brasil uma tarefa estrepitosamente ofegante.

Pela primeira vez em muito tempo – quicá desde os anos de Primavera Estudantil, arrisco, quando decidi encarar o sentimento pós-golpe de 2016 e fiz o livro-reportagem “Diário Subversivo” – sinto minha alma lavada pelas águas da sátira e do riso.

“BozzonarUbu” me reconcilia com a vida. A escrita é honesta, debochada, pura e sem murmurinhas. Uma avalanche caleidoscópica em meio às caducas teorias da estética literária. Se a libertária obra mostra que o Brasil e o mundo

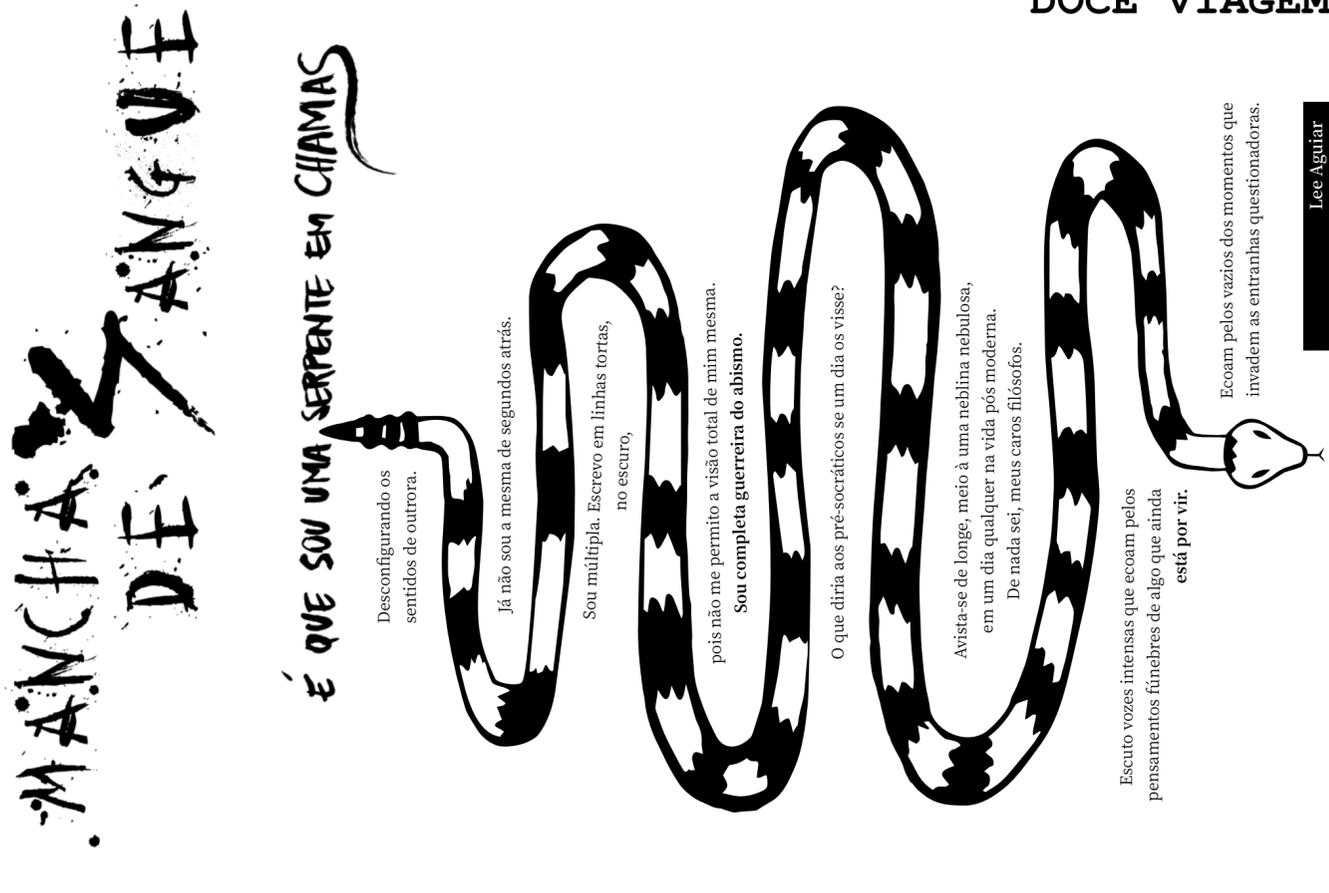
não tem se mostrado um lugar de liberdade, ao mesmo tempo escancara a possibilidade de rir daqueles que não se dão ao direito de sorrir. Se sob os vigilantes coturnos a gente encontra só os caretas, a literatura alimenta nossa combalida alma de embriaguez.

É, caro IkaRo, precisamos lidar com essa questão aê, tal-que? “A bem da verdade, atualmente o mundo inteiro não tem se mostrado um espaço de muita liberdade”, atesta, com sabedoria, IkaRo no prefácio da obra. A sátira, enquanto recurso linguístico e retórico, apresenta a ridicularização como método para a compreensão do real.

No caso de “BozzonarUbu” isso é o instrumento retórico responsável por escancarar o teatro do horror que fez dos últimos dois anos um suplício escandaloso, decrépito e criminoso. Não sendo leitor de nada relevante, o inquilino do Planalto prefere agir como o rinoceronte que anda pelas ruas de uma cidadezinha na peça “O Rinoceronte”, de Eugene Ionesco. Leia “BozzonarUbu – Sátira Distópica Em Cinco Atos e Meio”.



DOCE VIAGEM



Ecoam pelos vazios dos momentos que invadem as entranhas questionadoras.

Lee Aguiar



CIDADE DA M'ÁGUA

Luiz Cardoso (@luizcardoz)

Fiz essa colagem em Maio, quando muita coisa ruim aconteceu no mundo, inclusive os assassinatos de George Floyd e João Miguel, que foram o estopim do movimento BLM. A colagem me serviu de terapia por alguns meses, porque eu não tinha dinheiro para pagar um psicólogo.